

São Paulo, 29 de setembro de 2014

DECLARAÇÃO

Por meio da presente, declaro para os devidos fins que o escritório de advogados Barbosa, Müssnich & Aragão prestou serviços advocatícios nas áreas abaixo discriminadas à empresa **Itabuna Têxtil S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 01.933.349/0001-49, com sede na Rodovia Itabuna/Ibicaraí, km 4,5, n.º 4500, Vila Nova Itabuna, Itabuna/BA.

➤ **Direito Internacional**

- Defesa judicial, administrativa ou em procedimento arbitral em processos concernentes à matéria:
- ✓ Representação e defesa, nos anos de 2011 a 2013, da Itabuna Têxtil S.A. nos autos do Processo MDIC/SECEX 52000.041561/2011-23. O processo tinha como objetivo impor direitos antidumping às importações brasileiras de fios têxteis de filamentos contínuos de náilon, comumente classificadas nos itens 5402.31.11, 5402.31.19 e 5402.45.23 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL – NCM, originárias da República Popular da China, República da Coreia, Reino da Tailândia e Taipé Chinês. O processo culminou com a imposição, por parte da Câmara de Comércio Exterior – CAMEX, de direitos antidumping às importações procedentes das origens mencionadas, através da Resolução CAMEX nº 124/2013.

Declaro, ainda, que tais serviços foram prestados de forma integralmente satisfatória e sem ressalvas, no período compreendido entre 2011 e 2013.


DENIS DONAIRE JUNIOR
Advogado-Sócio

São Paulo, 29 de setembro de 2014

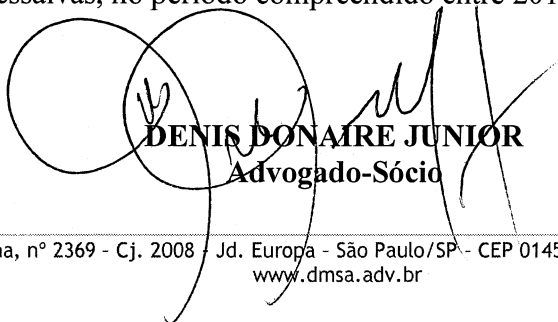
DECLARAÇÃO

Por meio da presente, declaro para os devidos fins que o escritório de advogados Barbosa, Müssnich & Aragão prestou serviços advocatícios nas áreas abaixo discriminadas à empresa **Scalina S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 61.149.886/0001-24, com sede na AV. Papa João Paulo I, 5163, Bonsucesso, Guarulhos/SP, telefone nº (11) 3598 2005.

➤ **Direito Internacional**

- Defesa judicial, administrativa ou em procedimento arbitral em processos concernentes à matéria:
- ✓ Representação e defesa, nos anos de 2011 a 2013, da Scalina S.A. nos autos do Processo MDIC/SECEX 52000.041561/2011-23. O processo tinha como objetivo impor direitos antidumping às importações brasileiras de fios têxteis de filamentos contínuos de náilon, comumente classificadas nos itens 5402.31.11, 5402.31.19 e 5402.45.23 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL – NCM, originárias da República Popular da China, República da Coreia, Reino da Tailândia e Taipé Chinês. O processo culminou com a imposição, por parte da Câmara de Comércio Exterior – CAMEX, de direitos antidumping às importações procedentes das origens mencionadas, através da Resolução CAMEX nº 124/2013.

Declaro, ainda, que tais serviços foram prestados de forma integralmente satisfatória e sem ressalvas, no período compreendido entre 2011 e 2013.


DENIS DONAIRE JUNIOR
Advogado-Sócio